

O Tradutor Intérprete de Libras - Português (TILSP) como pesquisador orgânico da terminologia

The Portuguese Sign Language Interpreter (TILSP) as an organic terminology researcher

Amanda Coelho Alfaia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dóris Maria Luzzardi Fiss

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Percebendo as dificuldades enfrentadas pelos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais - Portuguesa (TILSP) no momento da interpretação, surgiu o problema desta pesquisa: será que a elaboração e a difusão de um glossário em vídeo, que traduz conceitos e cria sinais-termo para termos pertinentes da Economia, contribuem para o desenvolvimento da competência tradutória? O método envolveu a seleção e o estudo de conceitos; a coleta, criação, tradução e registro de sinais-termo; a criação de uma plataforma de acesso; a avaliação e o livre acesso ao conteúdo. Estudos indicam uma grande demanda por neologismos e traduções para Libras, apontando para o uso excessivo do Português sinalizado nas interpretações, a criação de sinais provisórios, a pouca difusão dos glossários existentes e a relevância de glossários terminológicos bilíngues em Libras-Português para a competência tradutória.

Palavras-Chave: Sinal-termo; Glossário; Economia; Competência tradutória; Interpretação

Abstract: Having realized the difficulties faced by Portuguese Sign Language Translators and Interpreters (TILSP) when interpreting, the following research problem was posed: can the development and dissemination of a video glossary that translates concepts and creates sign terms for relevant Economics terminology contribute to the development of translating competence? The method comprised selecting and studying concepts; collecting, creating, translating, and recording sign terms; creating an access platform; evaluating and giving free access to the content. Studies indicate a great demand for neologisms and translations into Libras, pointing to the excessive use of signed Portuguese in interpretations, the creation of provisional signs, the low dissemination of existing glossaries and the relevance of bilingual terminological glossaries in Libras-Portuguese for translation competence.

Keywords: Sign term; Glossary; Economics; Translation competence; Interpreting

Introdução

A partir da promulgação da Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002), conhecida como Lei da Libras, e do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), que a regulamenta, os Surdos¹ gradativamente foram ganhando mais espaço dentro da sociedade em geral, especialmente nas instituições de ensino, uma vez que lhes foi legalmente garantida a acessibilidade comunicacional pela presença do tradutor intérprete de Libras - Português, aqui chamado de TILSP. Este, por sua vez, enfrenta dificuldades para encontrar materiais de consulta organizados para seu trabalho, o que representa um contratempo devido ao fato de este profissional atuar em contextos, áreas e níveis variados. Com a demanda crescente por tradução e criação de terminologias científicas para Libras, um dos desafios profissionais enfrentados pelos TILSP é a apropriação de conceitos e sinais-termo² de várias áreas do conhecimento.

Dada sua formação generalista, aliada à falta de léxicos especializados (glossários) e à crescente demanda por serviços de tradução, um glossário de Economia pode contribuir para a formação específica dos TILSP, auxiliando no desenvolvimento de sua competência tradutória (CT). Esta foi a problemática investigada em um estudo que se justifica em função da hipótese de que, ao se apropriar de conceitos e sinais-termo organizados em um glossário, o TILSP desenvolve sua CT e, conseqüentemente, o Surdo tem mais possibilidade de compreensão devido à interpretação mediada por um profissional seguro e especialista no conteúdo.

A proposta de uma ferramenta organizada onde o TILSP possa encontrar suporte léxico para sua prática profissional correspondeu ao objetivo principal do trabalho, dividindo-se a elaboração do produto educacional em cinco passos: (1) levantamento dos termos da Economia a serem selecionados; (2) estudo de cada termo e seu conceito; (3) coleta, criação, tradução e registro de sinais-termo; (4) criação de um site para veicular o glossário; (5) avaliação do glossário com especialistas interdisciplinares e disponibilização do acesso livre ao conteúdo do glossário.

A escolha do campo do saber ser a Economia está fundamentada na afirmação de Dowbor (2018), segundo a qual a compreensão das dinâmicas do mundo é absolutamente essencial no processo de resgate da autonomia, dos direitos e da liberdade, uma vez que a lógica de como o mundo se transforma está centrada na Economia.

Considerando que ainda não há registros de tradução de conceitos da Economia para Libras, nem um glossário em Língua de Sinais específico desta área, esta investigação possui relevância porque, ao criar um glossário virtual específico, configura-se como material paradidático em Libras. Além disso, proporciona acessibilidade comunicacional para além do âmbito da educação formal, oportunizando a ampliação do conhecimento instrumental para os TILSP,

¹ Neste trabalho, é utilizado o sintagma Surdo com S maiúsculo em concordância com Castro Júnior (2011) que fala sobre a visão socioantropo-lógica da surdez, como estratégia de empoderamento, reconhecimento do sujeito Surdo em sua identidade, vivenciada através das manifestações em língua de sinais e suas especificidades linguísticas.

² A terminologia sinal-termo é empregada em concordância com Faulstich (2012) que observa que apenas a expressão “sinal” ou seu plural “sinais” não se referem a contextos de especialidade, e sim para o vocabulário comum da Libras. Nesta concepção, o sinal-termo representa, em língua de sinais, conceitos de linguagem especializada contidos nas palavras, símbolos ou fórmulas, utilizados em áreas específicas do saber

oferecendo-lhes apoio léxico e contribuindo para a formação e qualificação do trabalho dos TILSP, incentivando a pesquisa científica nesta área e impactando em sua prática cotidiana, conferindo-lhes mais competência tradutória.

Devido à forma como a problemática foi abordada neste artigo e à importância de um tema que surgiu da necessidade prática do cotidiano dos tradutores intérpretes de Libras - Português, considerando que a falta de léxico especializado é um entrave no dia a dia do TILSP e a produção/difusão deste tipo de material configura-se como um dos desafios contemporâneos da profissão, o texto foi estruturado em seções em que aspectos interrelacionados e igualmente relevantes são discutidos.

Segue-se à seção introdutória outra seção, “O TILSP”, que, desdobrada em duas subseções – “Atuação e desafios” e “Competência Tradutória (CT)”, ao apresentar os referenciais do estudo, caracteriza brevemente o Surdo e o TILSP, bem como rememora conquistas no âmbito legal, desde o reconhecimento da Libras como língua e a regulamentação da profissão de TILSP até o direito do sujeito Surdo acessar todos os espaços da sociedade em condições de igualdade. Destaca-se que esta condição de igualdade requer eliminar ou reduzir barreiras de comunicação com a presença da Libras e, na maior parte das vezes, a acessibilidade comunicacional é possível mediante a presença de um TILSP.

Percorrendo a história da constituição da profissão do TILSP, argumenta-se, nesta seção, que este profissional atua em espaços conquistados pelo Surdo. A demanda cresceu rapidamente, assim como a discussão relativamente à formação do tradutor intérprete de Libras - Português tem se intensificado, acompanhada de reivindicação e luta por melhorias das condições de trabalho e valorização da categoria, o que é abordado na seção seguinte – “Método, resultados e discussões”.

Em tal seção, a terceira, o reconhecimento do TILSP como produtor de conhecimento, profissional reflexivo, pesquisador orgânico, protagonista e agente social de mudança da realidade na qual está inserido, se materializa na pesquisa, a qual é descrita em suas etapas nas cinco subseções – “Levantamento dos termos”, “Estudo do termo selecionado e seu conceito”, “Coleta, criação, tradução e registro de sinais-termo”, “Criação do site para veiculação do glossário” e “Avaliação do glossário com especialistas interdisciplinares e acesso livre na internet”. Gerar materiais que auxiliem a prática do TILSP, o que está amparado por lei, traz grande contribuição à categoria e ratifica a presença da língua de sinais em nível acadêmico, elevando o *status* da Libras no universo científico. A pesquisa nacional já vem elaborando propostas de glossários, dicionários, sinalários³ e isto favorece TILSP, Surdos, professores, aprendizes de Libras, e vai ao encontro da legislação no que tange ao incentivo, fomento à pesquisa, inovação e desenvolvimento da sociedade (BRASIL, 2015).

Por fim, nas “Considerações Finais” se buscou retomar aspectos explorados ao longo do texto de modo a dar visibilidade maior ao papel desempenhado por uma pesquisa em que o desenvolvimento de um produto educacional ocorre em função do compromisso assumido com a formação específica do TILSP de modo a não apenas abordá-la, mas também contribuir com ela.

³ Conforme Stumpf (2005), sinalário é todo o léxico de uma língua de sinais

O TILSP

Atuação e desafios

Ao falar da história desses profissionais, Pereira (2008, p.136) recorda que quando surgiram os primeiros cursos de formação na década de 90, o intérprete de Libras começou a ser reconhecido como um profissional. Segundo ela: “Antes disso, os intérpretes eram basicamente empíricos, aprendiam com suas experiências, com pouco ou nenhum embasamento teórico. A maioria dos ILS era motivada por razões pessoais ou idealistas [...]”. Assim, vemos que a história da consolidação da profissão é marcada pelo assistencialismo e voluntariado, pois emergiu do contexto religioso, confundindo-se com a vocação missionária de evangelizar os Surdos, e do contexto familiar ou comunitário, pela convivência e necessidade de ajudar o Surdo. Posteriormente, a “missão” tornou-se profissão, que ainda é fortemente marcada pelo empirismo. Com as legislações mencionadas anteriormente, que promoveram a inclusão do Surdo e o reconhecimento profissional por Lei em 2010, a atuação do TILSP também se expandiu, mas ainda é na educação que está concentrada a maior demanda por este trabalhador (QUADROS, 2004; SANTOS, 2006; PEREIRA, 2008; BRASIL, 2010; MARINHO, 2016). Segundo Laguna e Araújo (2018), este profissional surgiu em contextos informais, exercendo uma atividade empírica devido à sua proximidade com pessoas Surdas. Este papel de ponte para o mundo dos ouvintes permaneceu na informalidade durante muitos anos, porém naquela época os espaços sociais nos quais os Surdos circulavam não incluíam a esfera acadêmica.

O exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais-Português é regulamentado pela Lei nº 12.319/10, recentemente alterada pela Lei nº 14.704/23. Em seu Artigo 7º, a mesma refere que a função deve ser exercida com rigor técnico, ética, respeito e zelo pela especificidade da cultura surda, entre outros aspectos (BRASIL, 2023). A procura pelo serviço do TILSP tem aumentado expressivamente, sobretudo no âmbito da educação formal, mas temos testemunhado também uma maior visibilidade deste profissional nas mídias como TV, *internet* e audiovisual, espaços de acessibilidade comunicacional garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015).

Nas palavras de Pereira (2008), este profissional é intrinsecamente atormentado porque precisa fingir que é invisível estando presente, é locutor e, ao mesmo tempo, interlocutor, está sempre sob vigilância, é olhado com desconfiança e geralmente é culpado quando algo corre mal. Tesser (2015), em sua pesquisa sobre a atuação do intérprete na mediação da aprendizagem do Surdo no ensino superior, constata que é o intérprete que percebe as dificuldades do aluno Surdo, uma vez que o papel mediador do intérprete é importante na formação de conceitos. Com isso, podemos perceber o quanto a tarefa do TILSP é séria, fundamental e árdua.

Com relação à formação do TILSP, o Artigo 17 do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) determina que ela se efetive em curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa. Já os Artigos 18 e 19 se complementam, admitindo a formação em nível médio – uma espécie de flexibilização emergencial. Porém, se em 10 anos – até 2015 – não houvesse profissionais

com a titulação requisitada no Artigo 17, as instituições federais de ensino deveriam incluir o seguinte perfil em seu quadro funcional: formação de nível superior, com proficiência em Libras (Prolibras), para atuar no ensino médio e superior; formação de nível médio, com proficiência em Libras, para atuar no ensino fundamental. Tudo isso enquanto o curso de Bacharelado em Letras Libras seria difundido pelo país, qualificando profissionais para atender ao requisito do Artigo 17. Cinco anos após a publicação deste Decreto, foi promulgada a Lei nº 12.319/2010 que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras-Português. Entretanto, ela recua no que diz respeito à formação e atuação do TILSP, pois fala apenas de formação em nível médio para atuação nos níveis fundamental, médio e superior, processos seletivos, concursos públicos e em juízo.

A Febrapils (Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia intérpretes de Língua de Sinais) participa de um grupo de trabalho que vem lutando pela melhor regulamentação da profissão e condições do trabalho para os TILSP, discutindo a revogação da Lei nº 12.319/2010 em função de ter causado desvalorização e insegurança no exercício da profissão. A conquista mais recente foi a alteração desta mesma Lei, instituindo o revezamento para trabalhos acima de 1 hora, com no mínimo 2 profissionais, e adequando a jornada de trabalho para 6 horas diárias, ou 30 horas semanais (BRASIL, 2023), reivindicações antigas da categoria. No entanto, é fundamental que a Lei que regulamenta a profissão de TILSP abarque uma formação profissional compatível com a alta complexidade dos contextos de tradução em que o TILSP trabalha.

A Lei Brasileira de Inclusão avança e dá uma instrução mais elaborada e coerente em relação à formação e atuação do TILSP: o poder público deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar a formação e disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras. O § 2º do Artigo 28 desta mesma Lei destaca que:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (BRASIL, 2015, p. 7).

É um avanço significativo, porém a discussão não deve se encerrar aí. Conforme Alfaia (2023), a vedação da abertura de concursos públicos para o cargo de tradutor intérprete de linguagem de sinais (Lei nº 10.185/2019), sem alternativa de reparação para tal decisão, trouxe consigo o aumento das terceirizações em instituições públicas como resultado nocivo para o TILSP. Os profissionais são contratados por curtos períodos, gerando alta rotatividade, com salários inferiores, sem os mesmos direitos e em condições de trabalho e relações institucionais desiguais se comparados aos colegas servidores efetivos. Tudo isso impacta negativamente no serviço entregue para o Surdo, sendo ele sempre o mais prejudicado.

Competência Tradutória (CT)

Tradução é o nome do processo e também o nome do resultado final do processo: a transformação de um texto de uma dada língua fonte para uma língua meta, que pode ocorrer através de vocalização, escrita ou sinalização. A interpretação é um nível mais específico de tradução para uma língua de interação imediata ou presencial. A tradução é uma competência possível de ser desenvolvida, segundo Bevilacqua e Kilian (2017).

No que se refere à atividade cognitiva envolvida na tradução, as mesmas autoras (BEVILACQUA E KILIAN, 2017, p. 1711) explicam que traduzir “[...] envolve processos mentais tanto de compreensão quanto de reformulação”, pois o tradutor primeiro interpreta o texto para depois produzir um texto de forma adequada.

Segundo o Grupo PACTE (Procés d’Aquisició de la Competència Traductora i Avaluació - da Universitat Autònoma de Barcelona), competência tradutória pode ser compreendida como “um conhecimento especializado” que é “[...] predominantemente processual, compreende diferentes sub-competências interrelacionadas⁴ e inclui o componente estratégia”⁵ (PACTE, 2009, p. 2). A tradução é um processo complexo, em que um conjunto de faculdades mentais operam concomitantemente, ainda mais na linguagem de especialidade devido às questões relacionadas ao conhecimento dos termos, por isso, concordamos com Vale (2018, p.9) quando a autora sustenta a afirmação de que “todo tradutor é um terminólogo em potencial”.

No dia a dia de sua função, o TILSP se depara com muitas situações em que o vocabulário utilizado não possui sinal-termo equivalente em Libras. Muitas vezes é necessário recorrer à datilologia, que é soletrar o termo em Libras (um empréstimo linguístico), explicar o significado do termo no momento da interpretação, combinar os sinais que serão utilizados com os Surdos para que a interpretação transcorra mais rapidamente, usar classificadores em excesso, ou até mesmo mostrar imagens ou apontar para o quadro. Tudo isso torna o trabalho do TILSP muito mais cansativo, intrincado e propenso a equívocos. Sem falar que sinais combinados e a utilização excessiva de empréstimos linguísticos não colaboram para a representação de termos abstratos. Na maioria das vezes, são criados sem um estudo adequado do significado do conceito no ato da interpretação e acabam ficando sem registro, caindo no esquecimento (MARINHO, 2016).

Com a conquista da comunidade Surda do seu direito à acessibilidade comunicacional em Libras, emergiram cursos de formação para TILSP, mas esta formação ainda prepara um profissional generalista. Vale (2018, p. 9), ao falar sobre a pouca formação específica dos TILSP, chama a atenção para o fato que: “[...] os TILS têm necessidade, cada vez maior, de acessar aparatos terminológicos em LSB que os possa auxiliar nas traduções de termos de especialidade”. A investigação e produção na área da Terminologia em Libras é tão importante, porque capaz de

⁴ Para o PACTE (2003, 2009), a CT abrange cinco subcompetências – bilíngue (conhecimentos para se comunicar em duas línguas), extralinguística (conhecimento cultural, enciclopédico e especializado), de conhecimentos sobre tradução (conhecimentos da atividade profissional do tradutor), instrumental (uso de fontes, tecnologias, glossários, dicionários) e estratégica (pesquisas para compreender a terminologia e a tomada de decisões estratégicas na tradução) – e os componentes psicofisiológicos que abrangem os aspectos cognitivos e atitudinais como memória, percepção, emoção, disciplina, atenção, curiosidade, dentre outros.

⁵ Tradução das autoras

oferecer ao TILSP a instrumentação adequada à área de que necessita, habilitando-o a ser um especialista de um campo do saber específico e permitindo que saia das combinações informais de sinais. Seguimos o pensamento de Tuxi, Vale e Felten (2015, p. 5) quando declaram que:

É preciso que o ato de traduzir deixe essa área informal de constituição de sinais aleatória, ou seja, de “notório saber” envolvendo “convenções informais” para um espaço mais científico e acadêmico da terminologia na linguística. É necessário que haja uma forma de favorecer as traduções de palestras, textos e aulas que tenham o cunho técnico de uma forma mais sistematizada.

No contexto da educação superior, mesmo que os Surdos usufruam do seu direito de ter o TILSP em sala de aula, permanece a problemática de as bibliografias recomendadas pelos professores serem em Português, majoritariamente. Alguns docentes, com o intuito de facilitar o aprendizado do estudante Surdo, tentam adotar a estratégia de fornecer material de aula, bibliografia ou indicar videoaulas antecipadamente. Isto muitas vezes não serve como apoio pedagógico para o Surdo, pois muitos não são fluentes em Português e chegam ao ensino superior com déficit linguístico. Estes materiais recomendados pelo professor auxiliam mais o TILSP que, ao estudar o conteúdo para se preparar para a interpretação, se depara com vocabulário técnico específico que não possui tradução equivalente em Libras. A falta de terminologia científica em Libras traz prejuízo ao ensino-aprendizagem do Surdo, e a escassez de materiais especializados para realizar um estudo prévio é uma das dificuldades com que os intérpretes se deparam. As situações problemáticas enfrentadas no ensino superior vão desde a densidade de conteúdos até a sobrecarga cognitiva pelo excesso de horas trabalhadas (QUADROS, KARNOPP, 2004; ROSA, 2005; SANTOS, 2006).

A tarefa de interpretar e traduzir pode ser simplificada se instrumentos com compilação e explicação de termos específicos forem disponibilizados aos trabalhadores desta área como forma de facilitar seu ofício. Os glossários, além de servirem como ferramenta de qualificação e desenvolvimento da CT dos TILSP, detêm o potencial de se configurar em material paradidático para aprendizes de Libras em áreas específicas do conhecimento. A LBI fomenta e incentiva a produção de glossários como um recurso potencial para TILSP, uma vez que cada área do conhecimento mencionada na Lei se desdobra e pressupõe terminologias próprias das quais o TILSP precisa se apropriar para executar seu trabalho com destreza. Já a meta 18 do Relatório da SECADI (MEC, 2014) propõe criar uma base de dados nacional e eletrônica para registrar vocabulários científicos e técnicos em Libras, numa visão ideológica de diminuir o monolinguismo do Português e evitar que, como língua majoritária do país, seja um fator de exclusão de Surdos.

Sperb e Laguna (2010) apontam que já estão surgindo sinalários que exploram a visualidade e não a oralidade da Língua Portuguesa, mas ainda falta discutir sobre a convenção de sinalário no contexto acadêmico de terminologia científica. A criação de sinais deve favorecer a percepção visual e explicar conceitos abstratos em Libras. Para Santos (2013), a lexicografia da Libras e o contexto acadêmico são áreas crescentes e promissoras onde há muitos desafios a serem enfrentados. É necessário ratificar a presença da Língua de Sinais como língua dentro da academia. Assim sendo, a produção de um glossário de sinais-termo investiga, coleta, concebe, registra, difunde, valoriza,

visibiliza a Libras, ampara, prepara, desenvolve e qualifica o trabalho e a formação do TILSP, além de contribuir, consequentemente, para o aprendizado, autonomia e criticidade de sujeitos Surdos.

A partir de busca empreendida no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com utilização dos indexadores “sinal-termo”, “terminografia Libras”, “terminologia Libras” e “glossário Libras”, foi possível verificar que a produção de glossários, como parte de pesquisas acadêmicas, cresceu nos últimos 15 anos. Isto é fruto da expansão das políticas públicas que são a expressão das conquistas da comunidade Surda e da inserção cada vez maior dos Surdos nos sistemas de ensino como resultado da resistência histórica contra as imposições ouvintistas. A esse respeito, Silva (2018) afirma que as políticas públicas e o registro formal da Libras favorecem sua valorização e visibilidade, sugerindo que a adoção do sistema linguístico acadêmico, cultural e social ratifica seu status linguístico e conquista espaço político e de respeito dentro da sociedade.

Método, resultados e discussões

A pesquisa descrita neste artigo foi conduzida em duas instituições de ensino superior localizadas na região Sul do Brasil, envolvendo pesquisadores, professores, TILSP e Surdos colaboradores na produção de conhecimento científico. Para propor um glossário na internet, com um layout que converge com uma teoria cognitiva que favoreça a aprendizagem significativa, foi imprescindível pensar na visualidade, funcionalidade e alcance do produto educacional finalizado. Além disso, foi de suma importância definir o público-alvo do glossário, bem como a micro e macroestrutura, pois esses fatores servem de direcionamento para o desenho de como o glossário se apresenta e quem consegue alcançar. Dividida em cinco etapas, as contribuições de profissionais da Libras e da Economia foram fundamentais para a construção de uma relação dialógica (BAKHTIN, 2006) em cada um dos momentos do trabalho.

Levantamento dos termos

Com apoio de professor universitário da área estudada, num primeiro momento, 53 termos da Economia foram pré-selecionados. Após isso, aplicamos uma enquete *online* que contou com a participação de 124 TILSP e 29 economistas, de várias regiões do Brasil, atuantes em contextos variados. Foram isolados 20 termos considerados por estes dois grupos como os mais importantes, a saber: economia, macroeconomia, política monetária, sistema financeiro, Banco Central, estagflação, inflação, recessão, política fiscal, PIB, investimento, produtividade, exportações, importações, microeconomia, lei da demanda, lei da oferta, custo total, receita total, lucro.

Estudo do termo selecionado e seu conceito

Moreira (2012) considera que um conteúdo deve mapear conceitualmente as ideias mais gerais, os conceitos estruturantes, pois esta é uma análise que identifica o que é importante e o que

é secundário. Para isso, dedicamos horas de estudos dirigidos junto ao professor das disciplinas relacionadas à Economia, com o intuito de conhecimento e apropriação dos conceitos. Após sistemáticas consultas ao *Novíssimo Dicionário de Economia* de Sandroni (1999), um mapa conceitual foi produzido, estruturando conceitos principais, elencados do mais amplo para o mais específico e estabelecendo ligações cruzadas e diretas entre eles (BEVILACQUA; KILIAN, 2017).

Coleta, criação, tradução e registro de sinais-termo

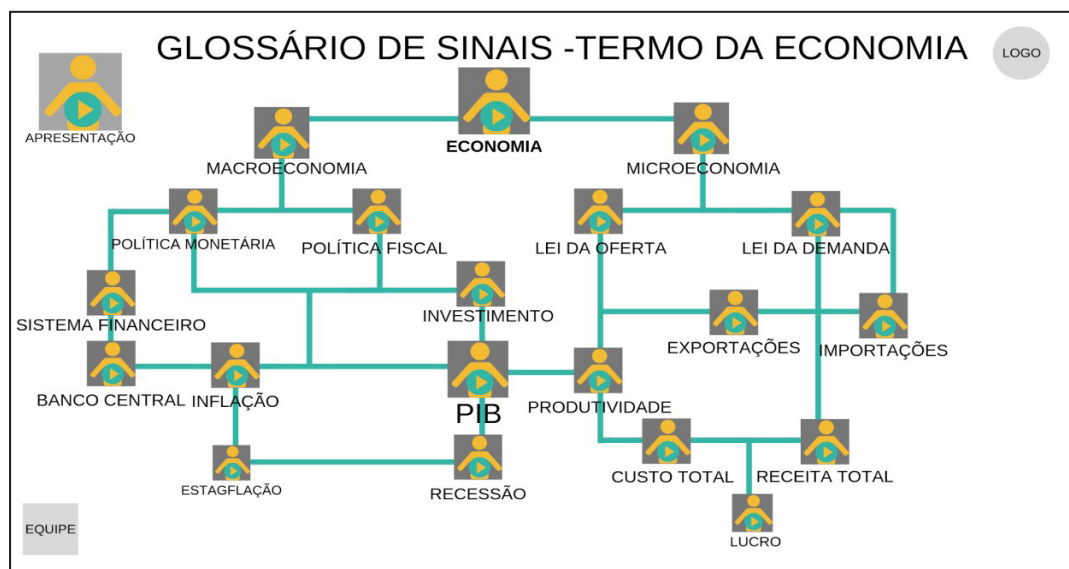
Considerando que a língua é um fenômeno social e que é do encontro com o outro que surge o diálogo e a contribuição, foram constituídos dois grupos de discussão com Surdos e TILSP participantes para criação de sinais-termo para os 20 termos elegidos via enquete. Nos encontros dos grupos, os termos e os conceitos foram apresentados, explicados e debatidos para verificação se já existia sinal-termo ou para um consenso na criação dos sinais-termo. Nos embasamos na tradução intermodal (SEGALA, 2010) como estratégia de registro para as filmagens. Para organização do glossário seguimos os princípios de Bevilacqua e Kilian (2017, p. 1710) que orientam que os glossários devem considerar:

- 1) Delimitação da área e/ou subárea de conhecimento e tema. 2) Definição dos usuários e da função da obra: para quê e para quem? 3) Seleção dos textos que servirão como corpus para a coleta e seleção dos termos/fraseologias. 4) Definição dos critérios para a seleção dos termos/fraseologias que comporão a nomenclatura (macroestrutura). 5) Definição das informações a serem dadas sobre as entradas (microestrutura). 6) Definições das partes introdutórias e finais do produto terminográfico (superestrutura).

Criação de site para veiculação do glossário

Os vídeos prontos, os textos em Português e as imagens que ilustram o ícone de cada sinal-termo foram enviados para um *webdesigner* para comporem a plataforma onde o glossário foi disponibilizado. Pensando em favorecer uma aprendizagem significativa, a navegação do site foi representada em forma de mapa conceitual, entendendo que cada termo pode funcionar como um conceito estruturante da Economia e atuar como possível subsunçor⁶ para novas aprendizagens significativas. Abaixo apresentamos o esboço do *lay-out* do site que mostra como a mapa conceitual foi concebido, relacionando os termos:

⁶ Conhecimentos prévios especificamente relevantes para a aprendizagem de outros conhecimentos. (MOREIRA, 2012).

Figura 1 – Mapa conceitual dos termos. Esboço para *lay-out* do site

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Moreira (2012) e Bevilacqua e Kilian (2017)

Avaliação do glossário com especialistas interdisciplinares e acesso livre na internet

Como recurso metodológico para a avaliação do produto aplicamos um questionário estruturado *online*, que foi respondido por 24 TILSP de perfis diversificados, de 4 regiões do país, com tempo de experiência variando de 0 anos a mais de 20 anos de atuação, dos mais novos profissionais aos mais maturados.

Ao focalizar a Lei da Libras (2002), a criação da primeira turma do curso de Bacharelado em Letras Libras na UFSC (2006), a Lei do Intérprete de Libras (2010), a primeira turma do Bacharelado em Letras Libras na UFRGS (2015) ou a primeira turma do curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras do IFRS (2015), pode-se constatar que são conquistas muito recentes, atestando que esta é uma profissão “moderna” no sentido de sua expansão e regulamentação. Os TILSP com mais de duas décadas de prática podem ser designados como precursores da profissão que lutaram junto aos Surdos pelos avanços conquistados.

O resultado da avaliação do glossário feita pelos 24 profissionais respondentes foi de satisfatório a excelente. Um dos respondentes argumentou que o glossário deveria ter sido criado por Surdos, caso contrário não o consideraria válido. A esse respeito, cabe lembrar que os TILSP fazem parte da comunidade Surda, a eles é concedido o “passaporte” para a cultura Surda (GOMES, 2011), são usuários, estudiosos e pesquisadores da língua, portanto, podem e devem criar e propor instrumentos que visem “ratificar o status da língua” (SILVA, 2018, p. 208) que se manifesta em Surdos e ouvintes. Além do mais, a ferramenta desenvolvida tem como público-alvo principal os próprios TILSP, que ainda são em maioria ouvintes, mas não menos entendedores da língua do que seus nativos. É por respeitar a opinião dos nativos da Libras que foram validados os sinais-termo criados com Surdos. Esta expressão fez rememorar as palavras de Pereira (2008) e, novamente, Gomes (2011) quando as autoras afirmam que existe uma vigilância, um olhar de

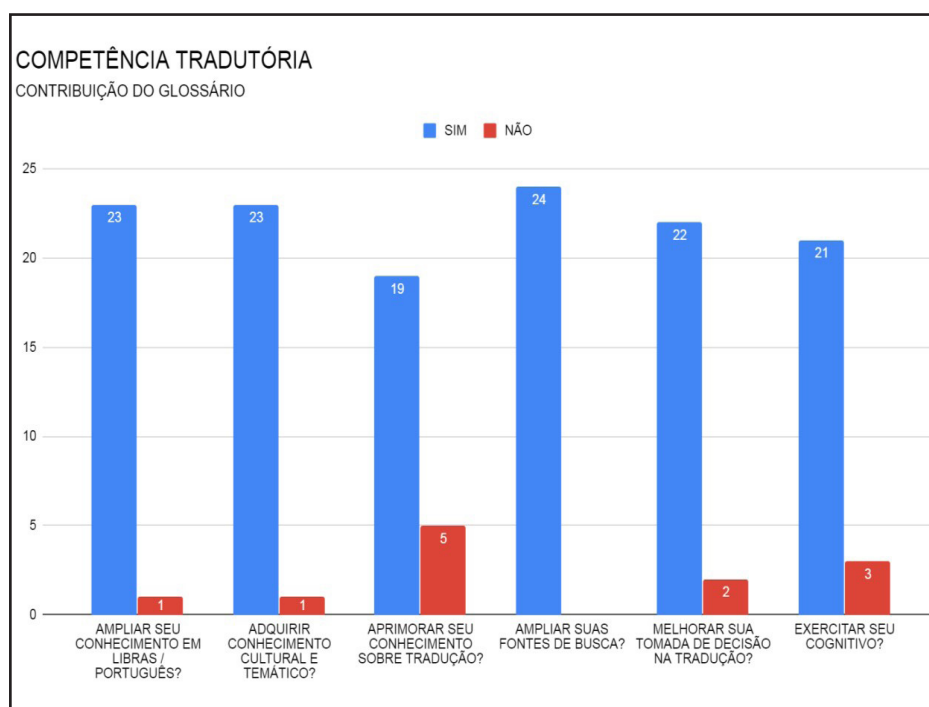
desconfiança para o intérprete/ouvinte. Nas sugestões, os TILSP avaliadores consideraram que o glossário precisa de mais sinais, ser constantemente alimentado e acrescentar variação regional dos sinais. Isto indica que existe uma expectativa de que o trabalho seja continuado

Com relação à opinião dos respondentes sobre qual é a maior contribuição do glossário de sinais-termo da Economia, eles declararam, de modo geral, que é o auxílio técnico ao intérprete, a ampliação de conhecimento em uma área específica, o fornecimento de uma ferramenta que mostra o léxico no contexto, a segurança na pesquisa e a qualidade na tradução. Essa opinião confirma a hipótese de que o glossário favorece o desenvolvimento da competência tradutória dos TILSP. A avaliação dos pares possibilitou perceber que o glossário favorece, em especial, as subcompetências bilíngue, instrumental e estratégica.

No que tange às fontes de pesquisa de sinais não conhecidos, glossários e dicionários ainda não estão entre formas de busca predominantes. Isso pode se dar pelo fato de que a produção destes recursos ainda é escassa ou até mesmo difícil de encontrar. As fontes de busca mais recorridas são informais e não dispõem da organização de um léxico especializado. Ao mesmo tempo, a maioria dos respondentes declarou que já precisou interpretar algum dos termos que viu no produto desenvolvido. Ou seja, o levantamento inicial realizado com TILSP e economistas satisfaz a necessidade prática dos profissionais TILSP.

Ao indagar sobre competência tradutória, foram enfocadas as subcompetências tradutórias (PACTE, 2003; 2009) e o exercício cognitivo que, conquanto não se constitua em subcompetência, contribui muito no momento da interpretação (NOGUEIRA; GESSER, 2018):

Figura 2 – Contribuição para as subcompetências



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em PACTE (2003, 2009) e Nogueira e Gesser (2018)

Os TILSP foram unânimes em responder que o glossário contribui para a subcompetência instrumental, pois todos os 24 respondentes marcaram a 4ª coluna – “ampliar suas fontes de busca”. As subcompetências bilíngue e extralinguística (1ª e 2ª coluna) também foram muito contempladas pelo glossário, seguidas da subcompetência estratégica (5ª coluna) e dos componentes psicofisiológicos (6ª coluna). Desde as respostas dos participantes, conclui-se que a subcompetência menos presente no glossário é a de conhecimentos sobre tradução (3ª coluna).

Considerações Finais

Esta pesquisa teve por objetivo analisar se a criação de um léxico especializado para TILSP contribui para o desenvolvimento de sua competência tradutória. Para isso, foi desenvolvido um produto educacional em formato de glossário *online* com o intuito de facilitar o processo tradutório e auxiliar a formação específica do TILSP. Para alcançar o objetivo pretendido, foi seguido um criterioso método inscrito em uma perspectiva dialógica com TILSP, economistas, linguistas, professores, Surdos e ouvintes, e um glossário foi elaborado a muitas mãos, observando o que os pesquisadores propõem para criação e organização de glossários. Mediante avaliação dos pares, foi confirmada a hipótese de que o glossário é um instrumento que ajuda a desenvolver a CT dos TILSP, pois é uma fonte de consulta e estudo que ensina e confere mais autoconfiança e proficiência no momento da tradução. Logo, ele também auxilia a formação específica do TILSP, visto que este assume a posição de especialista, o que caracteriza um ganho na perspectiva laboral e científica. Ademais, ele registra, dá visibilidade e valoriza a Libras, proporcionando a presença desta língua nos meios tecnológicos. Assentindo a importância do glossário elaborado, os avaliadores do produto sugeriram adicionar mais sinais-termo e manter o *site* sempre atualizado. Isto quer dizer que este trabalho não se esgota nestas páginas, marcando o início da exploração de um vasto campo do saber.

A partir deste trabalho, pode-se reiterar que o TILSP reflete sobre sua prática e age sobre ela, modificando, criticando, laborando, pensando, criando. Este profissional detém a potencialidade de ser o pesquisador orgânico, um produtor de conhecimento, que sente no seu corpo, no peso de seus ombros, a complexidade e responsabilidade que é o ato de traduzir. Interpretar e traduzir são atividades que demandam muito do corpo e da mente, e é por isso mesmo que as possíveis soluções para os desafios contemporâneos da profissão devem transpassar as mãos e a mente do TILSP. A consciência da relevância social do seu trabalho é um agente de transformação social, pois simboliza a própria quebra de barreira para um TILSP. Significa, em muitos momentos, a própria acessibilidade, mas é preciso que produza e esteja munido de instrumentos, crie condições e protagonize políticas que proporcionem que o TILSP exerça sua atribuição, tanto concreta/explicita, quanto psíquica/intelectual, com acurácia.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006
- BEVILACQUA, Cleci Regina; KILIAN, Cristiane Krause. Tradução e Terminologia: relações necessárias e a formação do tradutor. **Domínios de Linguagem**, v. 11, n. 5, p. 1707-1726, 21 dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/37409>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23 dez. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/%20ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 23 dez. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.
- BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023**. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm#art. Acesso em: 20 nov. 2023.
- DOWBOR, Ladislau. **Pedagogia da Economia** - aula 01/14. [S.l.: S.n], 20 ago. 2018. 1 vídeo (11 min 09 seg). Publicado pelo canal: iPF.Tv. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tAY4vLMWK_I. Acesso em: 22 nov. 2023.
- GOMES, Anie Pereira Goularte. A invenção da cultura surda e seu imperativo no plano conceitual. In: KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI LAZZARIN, Márcia Lise (org.). **Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. 1. ed. Canoas: Ulbra, 2011. p. 121-136.
- LAGUNA, Maria Cristina Viana; ARAÚJO, Quetlin Ester Camargo Ribeiro de. O papel do tradutor e intérprete da Língua de Sinais - Tils no processo de inclusão de surdos no IFRS: avanços e desafios sobre as adaptações curriculares do português para a Libras. In: SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson (org.). **Reflexões sobre o currículo inclusivo**. Bento Gonçalves: IFRS, 2018. p. 124-152. Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/livroreflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MARINHO, Erivaldo de Jesus. **A atuação do tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Português (TILSP) na educação profissional:** estratégias de tradução e a criação de sinais-termo. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26646>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MOREIRA, Marco Antonio. O que é afinal aprendizagem significativa? **Qurriculum:** revista de teoria, investigación y práctica educativa, La Laguna, n. 25, p. 29-56, Mar. 2012. Disponível em: <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueefinal.pdf>. Acesso: 25 nov. 2023.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra; GESSER, Audrei. As pessoas não sabem o significado de apoio: Percepções e competências no trabalho em equipe na cabine de interpretação Libras-Português em contexto de conferência. **Translatio**, Porto Alegre, n. 15, p. 122-158, 15 jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/81599>. Acesso em: 25 nov. 2023.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Testes de Proficiência Linguística em Língua de Sinais:** as possibilidades para os intérpretes de Libras. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2566>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PROCÉS D'ADQUISICIÓ DE LA COMPETÈNCIA TRADUCTORA I AVALUACIÓ (PACTE). Building a Translation Competence Model. In: ALVES, Fabio (ed.) **Triangulating Translation:** Perspectives in process oriented research. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 43-66. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/record/158624?ln=ca>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PROCÉS D'ADQUISICIÓ DE LA COMPETÈNCIA TRADUCTORA I AVALUACIÓ (PACTE). Results of the validation of the pacte translation competence model: acceptability and decision making. **Across Languages and Cultures**, v. 10, n. 2, p. 207-230, 2009. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/artpub/2009/67883/PREI2010_acrlanculv10n2.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ROSA, Andrea da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete.** 2005. 199 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas - SP. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190872>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wpcontent/uploads/2013/11/FMI.BMNov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-deEconomia.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Intérpretes de língua de sinais:** Um estudo sobre as identidades. 2006. 188 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90455/243129.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. Contextualização dos Estudos da Interpretação no Brasil. In: QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi; LEITE, Tarcísio Arantes (Org). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais I.** Florianópolis: Insular, 2013. p. 119-152.

SILVA, Rodrigo Custódio. Indicadores de formalidades em vídeos de editais traduzidos para Libras. In: QUADROS, Ronice; WEININGER, Markus (Org.). **Estudos da Língua Brasileira de Sinais III**. Florianópolis: Insular, 2018. p. 183-210.

SPERB, Carolina Comerlato; LAGUNA, Maria Cristina Viana. Os sinalários da língua de sinais. CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, IX, Palhoça. **Anais do IX Encontro do CELSUL**. Palhoça: UFSC, 2010.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem de Escrita de Língua de sinais pelo sistema SignWriting**: Línguas de sinais no papel e no computador. 2005. 329 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5429>. Acesso em: 30 out. 2023.

TUXI, Patricia; VALE, Luciana Marques; FELTEN, Eduardo Felipe. A importância do glossário terminológico na atuação do tradutor intérprete de língua de sinais. CONGRESSO NACIONAL DA LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 1, 2015, Uberlândia. **Anais do I CONALIBRAS - UFU - Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial**, 2015. Disponível em: http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/CONALIBRAS/trabalhos/or_al/eixo3/A%20IMPORTANCIA%20DO%20GLOSSARIO%20TERMINOLOGICO%20NA%20ATUACAO%20DO%20TRADUTOR%20INTERPRETE%20DE%20LINGUA%20DE%20SINAIS.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

VALE, Luciana Marques. A importância da terminologia para o tradutor intérprete de Língua de Sinais Brasileira. **Translatio**, Porto Alegre, n. 15, p. 305-320, 15 jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/81599>. Acesso em 26 out. 2023.